

GT – Políticas Globais e Agenda Mundial para a Educação

POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: TRAJETÓRIAS EM COMUM ENTRE BRASIL E PORTUGAL

POLÍTICAS DE ALIMENTACIÓN ESCOLAR: CAMINOS EN COMÚN ENTRE BRASIL Y PORTUGAL

Francine Nogueira Lamy Garcia Pinho, Doutoranda do PPG em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil

Silvia Alicia Martínez, Professora do PPG em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil

RESUMO EXPANDIDO

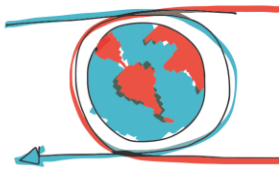
Sob uma perspectiva sócio-histórica da educação comparada, a oferta da alimentação escolar em diferentes países seria comparável e justificável como um dos prismas utilizados na tentativa de “identificar as razões de ordem social, econômica ou cultural que explicam as formas de organização do ensino adotadas” (NÓVOA, 2009, p.39) principalmente, no que se refere à educação nutricional.

As políticas de alimentação escolar são de grande importância no âmbito da educação, tanto como promotoras de uma consciência sobre hábitos alimentares saudáveis, como complemento alimentar favorável à saúde e à aprendizagem infantil (BRASIL, 2009). Quando se pensa na comparação entre realidades sociais, principalmente no eixo da educação, é necessário “procurar compreender de que forma os discursos fazem parte dos poderes que unem e dividem os homens e as sociedades” tentando identificar nos dados observados “como eles desencadeiam situações de dependência e lógicas de discriminação, de que forma constroem maneiras de pensar e agir” (NÓVOA, 2009, p. 52) que podem os particularizar e, ao mesmo tempo, os unir.

Há que ressaltar que a análise documental preliminar das legislações oficiais referentes à trajetória das políticas de alimentação escolar dos dois países focalizados neste estudo mostrou haver convergências instigantes no que se refere ao entendimento da refeição oferecida na escola.

Este estudo tem caráter qualitativo e as bases metodológicas objetivam utilizar fundamentalmente os dados históricos (ARÓSTEGUI, 2006) por meio da análise documental digital (disponibilizada pelos governos na internet) e física das regulações das políticas de alimentação escolar (legislações, documentos oficiais nos sites governamentais, das cartilhas elaboradas com a intenção de melhorar a qualidade nutricional da alimentação escolar, entre outras diretrizes) relativas aos países em estudo.

A análise comparada da trajetória das políticas de alimentação escolar se concentra do início do século XX até o início do Século XXI, quando do desenvolvimento da oferta de refeições escolares. Além destes registros regulamentadores governamentais é fundamental para o entendimento das razões das semelhanças e diferenças encontradas, a análise de publicações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministérios da Educação



e da Saúde (no Brasil), Organização das Nações Unidas (FAO/ONU) e da União Europeia e Conselho Europeu, que possam discorrer, direta ou indiretamente, sobre os movimentos das políticas de alimentação escolar (PAE), inclusive as posições tomadas nos países em relação ao subsídio financeiro das refeições servidas.

A ideia de uma regulação transnacional que possa ter influenciado as semelhanças nas mudanças das diretrizes das PAE brasileira e portuguesa é embasada no fato de que uma série de “normas, discursos e instrumentos que são produzidos e circulam nos fóruns de decisão e consulta internacionais, no domínio da educação” (BARROSO, 2006, p.44) podem ser tomadas pelos gestores e especialistas nacionais como uma legitimação, influenciando as decisões locais. Supõe-se que possam ser identificadas as influências de organismos internacionais na trajetória das políticas de alimentação escolar nos países em estudo.

A pesquisa preliminar aponta para pelo menos quatro pontos de convergência entre as políticas de alimentação escolar do Brasil e de Portugal. São eles: o papel da alimentação escolar como desmotivador da evasão de alunos; o uso desta política como reforço ideológico no período ditatorial; a promoção de uma alimentação saudável por parte da comunidade escolar por meio da educação nutricional; e, o aspecto mais recente, a melhoria da qualidade nutricional das refeições¹ a fim de que possa ajudar a conter o vertiginoso crescimento da obesidade mundial nas últimas décadas, em especial na infância (WHO, 2015).

A pesquisa ainda está em fase inicial, sendo necessário o aprofundamento das análises documentais e as observações no campo, quando serão visitadas escolas dos países estudados.

Tem-se a intenção de que a comparação das políticas de alimentação escolar possa influenciar o debate acadêmico e social no sentido de contribuir para a melhoria da operacionalização da alimentação escolar e da efetivação da educação nutricional no sentido de sensibilizar os educandos no entendimento da importância, para toda a sociedade, de uma alimentação saudável como promotora de uma melhor qualidade de vida e bem-estar físico e emocional.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas educativas. Alimentação escolar. Educação Comparada. Brasil e Portugal.

REFERÊNCIAS:

- ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica: teoria e método.** Bauru: EDUSC, 2006.
BARROSO, J. **A regulação das políticas públicas de educação: espaço, dinâmicas e actores.** Coimbra, 2006
NÓVOA, A. Modelos de análise em educação comparada: o campo e o mapa. In: SOUZA, D.B.; MARTÍNEZ, S.A.(orgs.) **Educação comparada: rotas de além-mar.** São Paulo: EJR Xamã editora, 2009. p. 23-62.
WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO, **relatório** disponível em <http://www.who.int/end-childhood-obesity/facts/en/> Acesso em 01 de novembro de 2015.

¹ Esta melhoria se refere principalmente à diminuição da oferta de alimentos ultraprocessados, com conservantes e corantes; à maior oferta de legumes, verduras e frutas; à preocupação com maior oferta de alimentos orgânicos; à diminuição de alimentos gordurosos e açucarados.